

Operação de SC infla os números

por Maysa Previdello
de Brasília

A dívida mobiliária de estados e municípios atingiu R\$ 49,9 bilhões em outubro, crescendo 3,4% em relação ao mês anterior. Esse crescimento, segundo o Banco Central (BC), se deve principalmente ao aumento da dívida de Santa Catarina, que passou de R\$ 778 milhões em setembro para R\$ 1,4 bilhão, depois da emissão de títulos para o pagamento de precatórios (ver matéria acima).

As operações de Adiantamento de Receita Orçamentária (ARO) vêm caindo significativamente devido aos acordos feitos entre a União e os Estados. Em outubro houve apenas uma operação de R\$ 40 milhões ao governo do Rio Grande do Norte, que um dos poucos estados que não fez nenhum tipo de renegociação de dívida com a União. Os municípios, devido

à proibição constitucional de emitir títulos no período pré-eleitoral, estão sem tomar recursos de ARO há três meses.

O fluxo de operações de ARO, entre janeiro e outubro de 1996, ficou 38,5% abaixo do registrado no mesmo período do ano passado. Até outubro, foram concedidos a municípios R\$ 936,3 milhões, em comparação com R\$ 1,3 bilhão nos primeiros nove meses do ano passado, o que representa uma queda de 28,5%. Para os estados, foram liberados R\$ 1 bilhão, contra R\$ 1,9 bilhão entre janeiro e outubro de 1995.

OPERAÇÕES DE ARO

O saldo de operações de ARO acumulado até setembro é de R\$ 1,411 bilhão, inferior 3,1% ao de agosto, que totalizou R\$ 1,456 bilhão. Em janeiro, o saldo dessas operações estava em R\$ 2,123 bilhões.

Durante o mês de outubro a transformação de operações de ARO em dívidas fundadas, de longo prazo, foi a responsável por essa redução. O estado de Minas Gerais fechou em outubro empréstimos relativos à transformação de ARO com bancos privados e aumentou sua dívida contratual de longo prazo em R\$ 249,9 milhões.

As contratações de operações de dívidas fundadas subiram 257% no período de janeiro e outubro deste ano, se comparado com os nove primeiros meses do ano passado.

A dívida fundada passou de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 4,7 bilhões no mesmo período. A maior parte das operações, 78,1%, foi feita com estados; e o restante, com municípios.

Os bancos federais foram responsáveis por 65,9% dos financiamentos de longo prazo, que incluem também rolagens de dívidas e antigos ARO, entre janeiro e outubro. No mesmo período do ano passado, os bancos federais ficaram com 44,4% das operações.

O estado com maior dívida contratual, que compreende dívidas com ARO e de longo prazo, é Minas Gerais, com um débito total de R\$ 1,359 bilhão, sendo que R\$ 839,7 milhões são de dívidas fundadas e R\$ 519,6 milhões de operações com ARO. O Rio de Janeiro vem em seguida, com uma dívida contratual de R\$ 912,2 milhões, quase que totalmente composta por financiamentos de longo prazo.

O estado de São Paulo possui uma dívida mobiliária de R\$ 18,074 bilhões em outubro, sendo a unidade federativa com maior dívida mobiliária no mercado. Esta dívida mobiliária de São Paulo era de R\$ 9,8 bilhões em janeiro de 1995. O Estado de São Paulo ainda está com problemas de dívida bancária preocupante. A dívida contratual de São Paulo é de R\$ 687 milhões, e a possui ainda, R\$ 371,8 milhões de dívidas de curto prazo com ARO.